

ENTREVISTA Giovanna Victer, secretária da Fazenda de Salvador

DIVO ARAÚJO

A prefeitura de Salvador encerrou 2025 com indicadores fiscais e financeiros positivos, refletindo crescimento da arrecadação, equilíbrio das contas e manutenção da capacidade de investimento. À frente da Secretaria da Fazenda, Giovanna Victer atribui o resultado a uma combinação de planejamento, controle de gastos e aprimoramento da gestão tributária, em um contexto de transição do sistema fiscal brasileiro.

Nesta entrevista ao A TARDE, a secretária faz um balanço das finanças do município, comenta os efeitos da Reforma Tributária para as cidades, detalha a importância do IPTU e do ISS na composição da receita e explica as estratégias adotadas para preservar a autonomia fiscal e o nível de investimentos de Salvador nos próximos anos. Saiba mais na entrevista a seguir.

Secretária, queria começar a entrevista por uma questão importante, que é o IPTU. Os carnês já estão disponíveis on-line e começam a chegar nas residências esta semana. Faça um balanço, por favor.

Sim, são 555 mil contribuintes que receberão os carnês. Nós temos uma quantidade importante de 287 mil isentos. Importante lembrar que IPTU é um imposto muito redistributivo. A cada 100 reais que você paga de IPTU, 25 vão para despesas necessariamente com Educação. Em 2025, nós gastamos na Saúde 23% - ou seja, 23 reais vão para pagar saúde. Normalmente, quem paga IPTU é quem tem patrimônio. E quem usa esse serviço são pessoas que não necessariamente pagam IPTU. Por isso, sou uma grande defensora do IPTU. Quem tem um imóvel com valor venal mais elevado, no fundo, está financiando políticas públicas para aqueles que são mais vulneráveis. E o reajuste foi totalmente vinculado à inflação. Não houve aumento real. O que foi aplicado foi o reajuste legal de 4,46%.

Após mais de uma década de litígio, o acordo com o HSI Malls encerrou a disputa do IPTU do Shopping Paralela. Como essa conciliação se insere na estratégia de reduzir o acervo de execuções fiscais, sobretudo dos grandes devedores?

Olha, cada vez mais nós estamos fortalecendo formas não judiciais de cobrar imposto. Porque vai para a Justiça, demora até haver a decisão judicial, os critérios de atualização são draconianos. Uma eventual dívida cresce demais até a decisão. Agora deu uma segurada só pela inflação. Mas antes, até essa decisão acontecer, em dois, três, quatro anos, os ajustes eram muito fortes. Isso também criava passivos para a prefeitura, no caso de uma decisão que não fosse favorável. E fica entupindo o Judiciário, que não pode se concentrar em questões realmente mais estratégicas. Então, cada vez mais, nós estamos trabalhando com estratégias que não sejam de judicialização. Como, por exemplo, o protesto, que é feito pelo cartório. Um deles é um instrumento de transação tributária, que pode acontecer com um contribuinte de qualquer valor, de qualquer patamar, pessoa física ou jurídica, e para qualquer tipo de tributo. Aí são avaliadas questões jurídicas: se há realmente uma controvérsia jurídica, se há a possibilidade da prefeitura perder e ter prejuízos de sucumbência. Essa avaliação é toda feita pela Procuradoria do município, e nós, na Fazenda, analisamos os valores, a atualização do valor venal, trabalhamos no cadastro.

‘FECHAMOS 2025 COM TODOS OS INDICADORES POSITIVOS’



Denisse Salazar / Ag. A TARDE

RAIO-X

A secretária da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer, é formada em Ciência Política pela Universidade de Brasília e possui mestrado em Políticas Sociais e Planejamento para Países em Desenvolvimento pela London School of Economics. Antes de assumir o cargo em Salvador, foi secretária da Fazenda, em Niterói (RJ). Foi presidente do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda e Finanças da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). É a atual presidente da Rede de Secretários da Fazenda das cidades da América Latina.

Como funciona o IPTU Verde em Salvador?

O IPTU verde é um exemplo para o Brasil inteiro. O número de beneficiários do IPTU verde na cidade chegou em 2025 a 6.500. O IPTU verde é se você carrega dentro do seu condomínio algumas iniciativas. É uma lista grande: tanque de compostagem, reutilização de água da chuva, uso de energia solar, tipo de material utilizado na construção. Tem uns 400 itens. Isso que a gente fez de diferente. Porque em 2023 eram pouquíssimos itens que compõem. E aí você pontuando nesses itens, você pode ser ouro, prata ou bronze e conseguir até 10% de desconto do IPTU daquele condomínio. Em 2023 eram pouquíssimos itens que não estavam dialogando com a modernização da construção civil. Ali fez-se uma lista que conversava com a modernização tecnológica para iniciativas de redução de emissões. Nós aumentamos significativamente os itens que poderiam ser contemplados para se obter esses três volumes de selo. Em 2023 eram apenas 672 imóveis que tinham IPTU verde o benefício. E hoje são 6.500 imóveis.

O IPTU tem sido reajustado pelo IPCA há 11 anos, mas as atualizações cadastrais acabam gerando críticas e reclamações. Como essas atualizações vêm sendo feitas, em que ritmo ocorrem e qual é o peso delas na receita do município?

Não há um aumento impactante da receita por atualização cadastral. Ela está mais relacionada à justiça tributária. Era uma coisa que a gente escutava, lembro muito: ah, dentro do mesmo prédio você tem valores de IPTU diferentes. Isso aí é um problema que

a gente tinha que enfrentar. E como é que enfrenta? Por meio do recadastramento. Nós revisitamos aquele condomínio, verificamos qual é o IPTU que é aplicado, aquele padrão construtivo, se tem piscina, qual o tipo de piso, enfim. Quais são os critérios? Eles estão ali na lei, aqueles que mudam o padrão construtivo. E ali alinhamos o mesmo IPTU para todo mundo que tem um metro quadrado naquele condomínio. Portanto, a atualização cadastral tem vários objetivos. A primeira é fazer com que realmente a cobrança chegue ao contribuinte, que ele receba de forma tempestiva. A outra é que seja cobrado o valor justo. Porque também existe a atualização cadastral que abaixa o padrão construtivo, não só que aumenta.

Como estão hoje as finanças de Salvador em relação às outras capitais? A cidade foi recentemente premiada pelo Ministério da Fazenda com a nota Capag A +. pelos dados financeiros e fiscais.

O nosso principal indicador é a capacidade de pagamento e quem levanta é a Secretaria do Tesouro Nacional. Porque, tendo o Capag A ou B, a União dá garantia para empréstimos, porque ela considera que aquele subnacional, seja Estado ou município, é um bom pagador. Há capacidade de pagamento, por isso o apelido Capag. E Salvador foi Capag A ano passado. E será Capag A este ano de novo. Nós fechamos 2025 Capag A novamente, tendo os indicadores de liquidez, de poupança e de endividamento, que são os três principais indicadores do Capag. A gente per